

IMPACTO, QUALIDADE E PERTINÊNCIA

No âmbito da ciência, a medição da produtividade e da qualidade da produção, e a valoração global da atividade dos científicos, têm se convertido em matérias controversas. Não há verdades últimas, e sim aproximações que deixam espaço para equívocos.

O impacto, bem seja em sua concepção inicial como indicador do número de vezes que um trabalho é citado por outros autores em um determinado período logo após a sua aparição, ou em qualquer uma de suas variantes posteriores, reflete o interesse que tal trabalho é capaz de induzir entre colegas e se relaciona, mesmo que nem sempre, com sua qualidade. Há muito a ser feito com o ritmo do progresso científico, a acessibilidade aos meios de difusão e a pressão que o meio impõe sobre os investigadores e as instituições.

Existem artigos científicos que conseguem alcançar impactos muito altos, sendo citados com muita frequência, mais do que por sua qualidade particular, por incluir metodologias amplamente utilizadas ou por apresentar revisões exaustivas de temas de interesse geral. Também, terem alcançado resultados ou conclusões erradas em áreas com alto número de praticantes. A ciência, como toda atividade humana, está sujeita a variações, mudança de ênfase ou modas, e segue um rumo que às vezes está motivado por oportunidades e fatores externos a ela.

As publicações científicas também são avaliadas por seu impacto, sem considerar, entre outros aspectos, valores intimamente relacionados com a cultura científica, tal como a utilização, valorização e preservação da linguagem. Tampouco conta o labor pedagógico do trabalho editorial em meios de menor desenvolvimento, ou a dificuldade de acesso a revistas de corrente principal por parte dos investigadores de países da periferia.

As instituições científicas e os organismos governamentais de promoção da ciência carecem de indicadores apropriados e suficientes para avaliar suas próprias atividades e a de seus membros. Por isso acodem ao uso de parâmetros estabelecidos em outros meios, quase sem exceção em países de grande

desenvolvimento. Estes parâmetros são utilizáveis e de grande ajuda para a fixação de metas, mas não são aplicáveis sem serem previamente adaptados. Ainda mais, a pertinência de uma determinada linha de investigação para o desenvolvimento de uma nação ou a pertinência social de um estudo em particular obedecem com frequência, a razões próprias dos ambientes próprios onde se realizam, ao mesmo tempo o seu interesse pela comunidade científica de outras regiões pode se tornar muito reduzido ou nulo.

Embora a ênfase que cada país dá à investigação, e aos níveis de prioridade de diferentes áreas, é matéria de discussão, ninguém disputa a necessidade de desenvolver as capacidades científicas dos povos. Não tem sentido pensar que as sociedades desenvolvidas têm reservado para seu benefício o progresso intelectual e social de seus indivíduos. O bem-estar dos povos, suas condições sanitárias, sua educação e o exercício de seu livre arbítrio devem ser norte de toda política, incluindo aquelas referidas ao sector da ciência e a tecnologia.

É característica dos regimes totalitários a intenção de orientar tudo o que concerne à investigação científica, impondo lineamentos e controlando recursos de forma a obrigar o seu cumprimento. Isto não é mais do que a contraparte das políticas nacionais, onde as linhas de ação estão dadas pelo pensamento único dos que exercem o poder. Em tais circunstâncias acontece invariavelmente, um êxodo muito notório de cientistas estabelecidos. O número de trabalhos de qualidade produzidos, em particular aqueles que têm acesso às publicações indexadas, sofre uma queda que na maioria dos casos tem visos dramáticos. A autonomia institucional, sobretudo a dos centros de educação superior e investigação se vê pisoteada.

É por isto que é responsabilidade de todos os homens e mulheres da ciência lutar pela preservação de seus direitos humanos e políticos, assim como os de toda a sociedade.

MIGUEL LAUFER
Editor